

## DESAFIOS DA TRADUÇÃO CULTURAL<sup>1</sup> (As Aventuras Tradutórias do Askeladden)

Francis Henrik Aubert\*

**RESUMO:** Uma língua é, ao mesmo tempo, um fenômeno estrutural, cultural e individual e, por conseguinte, assim também toda e qualquer manifestação de língua e linguagem no discurso, inclusive no discurso identificado como tradução. Deste modo, toda e qualquer tradução, e não apenas traduções literárias, enfrenta o problema de traduzir a cultura, não podendo ser resumida a uma simples transcodificação de léxico e gramática. Mas os planos estrutural, cultural e individual da linguagem são de naturezas diversas e sua coexistência é marcada por tensões, conflitos, desequilíbrios. Tal fato, por sua vez, torna a tradução, inclusive a tradução dos elementos culturais, **relativamente** possível e faculta três abordagens principais: a tradução **matricial**, a tradução **assimilativa** e a tradução **criativa**, conforme exemplificada na tradução para o português do Brasil de contos do folclore norueguês. Sugere-se que uma tradução que pretenda obter um efeito polifônico, isto é, que almeje evitar o silenciamento da alteridade, quer da língua de partida ou da língua de chegada, frequentemente exigirá a intervenção deliberada da abordagem criativa.

**UNITERMOS:** Tradução; tradução matricial; tradução assimilativa; tradução criativa; cultura; folclore norueguês.

Toda operação tradutória que não se resume a uma mera transcodificação léxico-sintática envolve, em maior ou menor grau, um conjunto de componentes culturais. Toda operação tradutória que se imagine resumida a uma mera transcodificação léxico-sintática (como nos sistemas de “tradução automática” ou “tradução automati-

zada”) gerará, de qualquer modo, textos e discursos lidos e interpretados por seu(s) destinatário(s) como contendo um ou mais componentes culturais, a despeito da filtragem que, intencionalmente ou não, tenha sido perpetrada. A correlação tradução cultura constitui, portanto, não um fato secundário, de ocorrência possível mas não propriamente ne-

<sup>1</sup> Este texto foi originariamente apresentado pelo autor na prova de erudição para o concurso de provimento de cargo de professor titular, área de Estudos Tradutológicos, Departamento de Letras Modernas, FFLCH/USP, em maio de 1994.

\* Professor titular de Estudos Tradutológicos. DLM/FFLCH/USP.

cessária, não constitui privilégio exclusivo da tradução literária e modalidades assemelhadas, mas abarca todos os atos tradutórios, indistintamente, ainda que em graus variados de explicitação.

O ato tradutório é, evidentemente, um ato lingüístico. Evidente, também, é o fato de não se tratar apenas de um ato lingüístico, pois pode, igualmente, ser constituído como objeto de reflexão e de uso antropológico, sociológico, psicológico, comunicativo, ideológico, neurológico e, porque não dizê-lo, comercial e jurídico. Mas será sempre, além de um fato antropológico, social, psíquico, etc., e, talvez até, por isso mesmo, um ato de língua e de linguagem. Com efeito, se a tradução assume essa diversidade de facetas, o faz precisamente por ser um ato lingüístico. A realidade multifacetada, as múltiplas correlações e intersecções do psicossocial, do antropológico, do discursivo, do neurológico, etc., não são privativas do ato tradutório mas de todo e qualquer ato lingüístico, o ato tradutório inclusive.

Sob qualquer perspectiva teorizante ou pragmática, dedutiva ou indutiva, na ótica da ciência ou na experiência empírica do cotidiano de seus usuários, cada língua aparece como constituindo um veículo privilegiado de expressão, como um instrumento extraordinariamente rico — ainda que não onipotente — de pensar, de dizer, de fazer e de atuar sobre o mundo, sobre a sociedade, sobre a vivência coletiva e individual. Mais do que isso, a língua se mostra como um constituinte da natureza mais íntima do ser humano — ainda que não exclusivamente do ser humano —, inserido na história e em cada momento desta história e dos percursos coletivo e individual. Instrumentaliza-se como um meio fundamental para a auto-percepção e para a percepção da alteridade, do familiar e do estranho, para a reiteração confirmatória do conhecido, para o desbravamento ou denegação do desconhecido ou, ainda, para a negociação, por vezes penosa, entre o suposto conhecido e o suposto desconhecido. Finalmente, é a língua o veículo, o impulso e a ferramenta mais dinâmica do mundo do tra-

balho. E se nesta descrição reconhecermos uma imagem, uma "imitação", no sentido clássico do termo, da realidade vivenciada em cada um de nós, seremos necessariamente levados a admitir que cada língua e cada discurso, cada ato de fala, interior ou exteriorizado, literário, técnico, comercial, científico, lúdico ou meramente fútil, porta em si componentes e vínculos culturais, e é, em si, um fato cultural.

Admitamos que a transcodificação, enquanto operação estritamente lingüística, estrutural, parece, *a priori*, possível e, não raro, suficiente para a interação denotativa elementar (embora com resultados decepcionantes do ponto de vista do idiomatismo, fluência, "tom"). Admitamos, por outro lado, que a operação tradutória propriamente dita envolve não apenas léxico e gramática<sup>2</sup>, mas a totalidade do texto, texto esse que incorpora em si a língua enquanto estrutura, a língua enquanto fato histórico e social (portanto, cultural), e a língua enquanto ato de fala, de discurso, configurando-se, pois, simultaneamente, como individual e coletivo. Admitamos, ainda, que o texto incorpora, também, em si, uma determinada expressão da realidade ou determinada concepção dela; e as operações lingüísticas e, portanto, também as operações tradutórias, remetem e se referem a uma multidão de elementos culturais extra-lingüísticos. Em assim sendo, até que ponto o traduzir se mostra viável sem se despir ou se travestir exatamente naquilo que vai para além do léxico e da gramática, da forma para o conteúdo e deste para os universos das representações da realidade?

Trata-se, aqui, em última análise, de retomar a pendência mais antiga, mais reiterada e, na

2 Tal observação não significa que os componentes estritamente lingüísticos (léxico, gramática) da tradução não possam se constituir em objeto específico de investigação, como evidenciam a lexicografia bilingüe, a linha de pesquisa desenvolvida em escala relativamente intensa nesta FFLCH referente às "modalidades de tradução" (tipologia lingüística/tradutória), etc.

opinião de algumas escolas mais recentes, já superada: ainda que se façam traduções, esta operação tradutória é, realmente, factível? Faz sentido falar em tradutibilidade? O grau de entropia não é irremediavelmente excessivo? As línguas contêm em suas estruturas elementos suficientes para superar as aparentes discrepâncias, entendidas como problemas "de estrutura superficial", exceto um ou outro caso mais espinhoso mas, de toda forma, marginal? Ou, ao contrário, aqueles produtos do engenho humano a que nos referimos como *traduções* seriam, meramente, contrafaçções, simulacros de uma equivalência que anseia pela impossível identidade, *fatas morganas* testemunhas da perda irreparável da comunhão universal, este o verdadeiro pecado original, cometido sob as sombras da árvore do conhecimento e do qual Babel é apenas uma decorrência, ou resultante do sacrifício de Odin, pai dos deuses, ao pagar com um olho o direito de beber das águas da sabedoria que jorram entre as raízes de Yggdrasil?

Se a aquisição do conhecimento teve por efeito a perda da comunhão original, uma nova comunhão somente se faz possível pelo uso do próprio conhecimento. Assim, a constatação aparentemente óbvia de que, a despeito de possíveis objeções teóricas, a tradução e as traduções se fazem, há séculos e milênios, constatação essa entendida como negação da realidade e/ou pertinência do problema, se afigura como sendo excessivamente simplista, como evidência necessária mas certamente insuficiente de uma possível tradutibilidade. Não cabe, pois, desautorizar a pertinência da teorização, de negar a problematização do que, de qualquer forma, desde o Pentateuco foi percebido como problema essencial do Homem, de sua relação com o seu próximo e de sua relação com o transcendente. Não se trata, por outro lado, de silenciar o praticante da tradução. Se ambos, em suas respectivas esferas de atuação, estão com alguma parcela de razão, cabe, isso sim, buscar a harmonização de suas respectivas vozes, de auscultar os seus respectivos temores, de superar a dissonância

não pelo silêncio de um ou de outro, mas por sua harmonização polifônica.

Para que tal harmonização seja atingida, não nos basta — posto que não se satisfaz, assim, ao princípio básico da busca do entendimento, qual seja, *dubito ergo sum* — simplesmente inferir, do que precede, que a verdade se encontraria, pedregosa, *nel mezzo del camin'*, e admitir, de pronto, a relativização da tradutibilidade. Asseverar que algum grau de tradutibilidade se manifesta no real e que o alcance de tal tradutibilidade é relativo, é afirmar o óbvio. Mas por detrás do óbvio, como sói acontecer, oculta-se um sem número de facetas, de nuances, de detalhes não irrisórios e frequentemente não tão óbvios assim, cuja exploração se faz necessária para que se possa aquilatar a real extensão de tal relatividade.

Assim, numa primeira investida, a pressuposição de verdade quanto à relativa tradutibilidade nos conduz à convicção de que a oposição entre as teorias "otimistas" e "pessimistas" da tradução — entre aquelas que, como Jakobson, acreditam que "as línguas diferem apenas naquilo que *devem* expressar mas não naquilo que *podem* expressar" (1969, grifo do autor), e aquelas que, seguindo a vertente humboldtiana (vide, p.ex., Mounin, 1963, Whorf, 1958), entendem o vínculo língua/cultura como a tal ponto forte e indissociável que impediriam qualquer tradução efetiva — constitui-se na proposição de um falso dilema. Em lugar de uma relação excludente *ou/ou*, parece mais produtivo admitir uma relação de complementaridade *tanto/quanto*, ainda que tal relação não se faça sem conflitos.

O conflito, na realidade, e como em tudo que pertence ao homem, é inerente à linguagem e à cultura e, por decorrência, à tradução. Com efeito, enquanto estrutura, sistema abstrato, qualquer língua é um conjunto articulado de regras por assim dizer algébricas de correspondências forma/sentido (Mel'chuck, 1978), repositório, portanto, de todas as potencialidades, de todas as virtualidades da expressividade, e não apenas das expressões efeti-

vamente consagradas pelo uso. E qualquer análise, mesmo sucinta, de tais potencialidades, revela que o uso consagrado raramente realiza mais de 10 ou 15% do que o sistema poderia proporcionar de atualizações efetivas, abrindo margem quase ilimitada para a inovação, a criação, a transformação diassincrônica.

Já enquanto fenômeno psicossocial e histórico, cada língua é o resultado do trabalho de dezenas e centenas de gerações, é o repositório de uma tradição — ou conjunto de tradições — em que determinadas correspondências forma/sentido constituem configurações consolidadas, imediatamente apreensíveis, marcadas e entremeadas pela história coletiva da comunidade de falantes e pela história individual de cada um desses falantes. Tais configurações proporcionam, a cada indivíduo, a cada membro da comunidade em questão, o reforço da percepção de sua individualidade no seio do coletivo, e geram, em contrapartida, o estranhamento e a possível rejeição à inovação e à alteridade. E é como resultado dessa interação, desse entrelaçamento da virtualidade com o histórico, com o espacial, com o coletivo e com o individual que cada língua assume e adquire características próprias, assegura um certo grau de dinamismo e mutabilidade sem, no entanto, deixar de ancorar-se em limites determinados pelos tempos e pelos espaços ao interior dos quais se desenvolve; torna-se, enfim, um fenômeno complexo, suporte da cognição universal e, simultaneamente, portadora e forma de expressão de um determinado complexo cultural.

Mas este composto estrutural e histórico, coletivo e individual, é, por natureza, instável. Instável é a história de cada comunidade, de cada subgrupo, de cada indivíduo, com uma certa "lógica" visível *a posteriori* mas infensa às mais argutas projeções futuroológicas. Instável é também a estrutura. Em qualquer recorte sincrônico que se faça (recortes esses que, embora admitidamente artificiais, se justificam na medida em que proporcionam uma melhor visão das redes paradigmáticas

e sintagmáticas que constituem o sistema e definem suas virtualidades), é relativamente fácil perceber pontos "sobrecarregados" — como na concordância nominal do português — e pontos "lacunosos" — tal como na ausência de expressão morfológica da progressividade em francês. Finalmente, a interação entre os dois planos, *sistema* e *uso* (no sentido de Hjelmslev, 1943), é a interação entre fenômenos de natureza muito diversa, o primeiro tendente à atemporalidade, o segundo amarrado a essa mesma temporalidade e, à primeira vista algo paradoxalmente, o primeiro investido da potencialidade criativa, o segundo reduto de um certo conservadorismo. Assim, o conjunto complexo *estrutura + uso*, que denominamos, coletivamente, *língua*, se caracteriza pela instabilidade relativa, por um estado permanente de "por-vir", por uma in/estabilidade que assegura, concomitante ainda que conflituosamente, a coesão sócio-discursiva e a individualização, que sustenta a permanência conceptual — permitindo, por exemplo, a estabilidade, por sobre vinte e tantos séculos, dos conceitos básicos da geometria euclidiana — lado a lado com toda a flutuação espaço-temporal dos discursos.

Da relativa instabilidade geral do fenômeno lingüístico, nos tempos e espaços coletivos e individuais, decorre, ao contrário do que queriam os neo-humboldtianos, a relativa interpenetrabilidade dos complexos língua/cultura. Com efeito, a "instabilidade" coletiva e individual faculta a criatividade, possibilita o empréstimo e o decalque lingüístico e cultural, permite a multiplicidade de leituras, a multiplicação das dizibilidades. Mas, justamente por ser um instável no estável, tal dizibilidade compartilha das limitações de qualquer material, de qualquer veículo de expressão humana. Assim como o artista plástico é trazido para o enfrentamento entre sua concepção artística e a resistência de seu material de trabalho, e faz, deste conflito, a verdadeira expressão de sua apreensão subjetiva da realidade, também as línguas e as linguagens oferecem, no que têm de estável e de

único, resistências variadas à ação livre de seus autores.

Para o caso específico da tradução interlingual, ou seja, da tradução entre dois complexos língua/cultura, tal interpenetrabilidade relativa abre a perspectiva para três abordagens, não necessariamente excludentes entre si, nem de natureza necessariamente distintas, mas, antes, complementares: (i) a transmutação lingüístico/cultural do texto original para o texto traduzido; (ii) a reordenação ao interior da língua/cultura de chegada, em uma forma de *Nacherzählung*; e (iii) a assunção do texto pelo próprio tradutor, assumindo a equivalência original/tradução pela mediação explícita do agente do ato tradutório. Ou, dito de outra forma, faculta uma opção básica entre a *tradução matricial*, a *tradução assimilativa* (que Newmark, 1981, denomina, respectivamente, de *tradução semântica* e *tradução comunicativa*) e a tradução propriamente *criativa*.

Na tradução matricial, efetua-se a operação humanamente mais próxima da transcodificação dos sistemas automatizados de "tradução". Predominam as formas da tradução "direta" (Vinay & Darbelnet, 1958, Vinay, 1964, Aubert, 1984), com seus empréstimos, decalques e traduções literais *stricto sensu* (isto é, palavra-por-palavra), além das transposições e explicitações (apostos, notas de rodapé, e similares), correspondentes às acomodações morfossintáticas e às elucidações semântico-culturais (portanto, metalingüísticos ou, mais apropriadamente, metatextuais). O fulcro e o referencial de toda a operação concentra-se no texto, no discurso, na língua/cultura de partida, e o texto traduzido opera mais como uma "transparência", um "guia de leitura" para o texto original do que propriamente como um texto autônomo. Provavelmente o caso concreto mais explicitamente ilustrativo desta opção seja constituído pela assim chamada "tradução juramentada" (vide também Aubert, 1993). Numa outra variante, as soluções adotadas por Odorico Mendes em suas traduções dos textos de Homero, e praticamente

toda edição bilingüe de qualquer texto, literário ou não, também se pautam essencialmente pela postura matricial. Não se oculta, nesta abordagem, o fato de tratar-se o texto produzido de um texto traduzido, estritamente vinculado ao original; ao contrário, faz-se ou procura-se fazer deste vínculo, desta aproximação explícita, o mérito maior da tarefa empreendida.

Na tradução assimilativa, inverte-se a perspectiva. O que se persegue passa a ser a substituição plena dos componentes lingüístico-culturais do texto de partida por constituintes lingüístico-culturais claramente identificados com o espaço de recepção do texto traduzido. O resultado tenderá a gerar em seu destinatário a ilusão de um texto originariamente composto na língua/cultura de chegada. Predominam, aqui, os recursos da tradução oblíqua, isto é, a transposição, a modulação e a adaptação, tal como a observamos em parcela ponderável da tradução de textos publicitários, jornalísticos, técnicos e científicos, bem como nas versões por assim dizer "antropofágicas" da tradução literária. O texto original deixa de constituir o referencial privilegiado e praticamente único, devendo submeter-se a uma "naturalização" em que os referenciais básicos passam a situar-se no âmbito dos usos e costumes lingüístico-culturais de chegada. É o predomínio do belo, ainda que infiel, conforme longamente consagrado na tradição francesa do traduzir. Quanto mais "disfarçada" a origem tradutória do texto, mais plena terá sido a execução do processo assimilativo.

À primeira vista, a tradução criativa parece constituir uma variante, se tanto, da tradução assimilativa. É evidente que o processo assimilativo, pelo grau significativamente mais elevado de substituições lingüístico-culturais que exige, pressupõe uma marcante intervenção por parte do tradutor, a quem cabe buscar e/ou instituir as equivalências lingüístico/culturais relevantes, raramente dadas de antemão. O que é menos evidente, mas nem por isso menos verdadeiro, é que a intervenção do tradutor é igualmente marcante, igual-

mente intensa, na tradução matricial. Ao contrário dos "softwares" de tradução automatizada, a transcodificação predominante na abordagem matricial não se faz sem uma atenta exploração das virtualidades do sistema lingüístico-cultural da língua de chegada. Traduzir *ele estava no mato sem cachorro* por *il était dans la brousse sans chien*<sup>3</sup> não é algo que se faça sem investigar a sua factibilidade estrutural, sem testar sua eufonia, sem aquilatar a receptividade possível, sem certificar-se de que os co-textos e contextos assegurarão ao leitor do texto traduzido uma apreensão suficiente da intencionalidade comunicativa e da valência cultural subjacentes, sem a forte motivação de ousar inovar os meios de expressão da língua de chegada, sem correr os riscos inerentes à uma "aposta" de aceitabilidade de um elemento novo, "alienígena", na cultura de chegada.

Percebe-se, assim, que a postura criativa não se confunde com o grau de intervenção do tradutor no processo e no produto, posto que tal intervenção se faz sempre, qualquer que seja a postura, não importa qual a abordagem adotada. Mas, tanto na tradução matricial quanto na tradução assimilativa, o tradutor de alguma forma se rende a injunções externas, conforma o seu fazer e o seu feito a um ou a outro molde externo, determinado quer no espaço de produção do original, quer no espaço de recepção da tradução. Privilegia-se, ou pensa-se privilegiar, alternativamente, ou (i) o autor primeiro, o texto original, a língua/cultura de partida, ou (ii) os destinatários, a língua/cultura de chegada. Forçam-se e rompem-se as rotinas dos usos e costumes lingüístico-culturais, ou forçam-se e rompem-se os laços lingüístico-culturais que constituem parcela significativa, a mais de um título, da coerência do texto original, refundido-o na idiomaticidade e na visão-de-mundo da segunda língua. Em ambos os casos, é intensa a participação do tradutor no pro-

cesso. Mas, embora se possa talvez legitimamente alegar que tal participação não se pode dar, não se pode levar a bom termo sem contar com a energia derivada do impulso criador do responsável pelo ato tradutório, a apropriação do texto pelo tradutor ainda é parcial, ainda se estabelece em termos de co-autoria velada, ainda não se realiza em sua plenitude.

Realiza-se plenamente a postura criativa, isso sim, quando o tradutor logra assumir a co-autoria sem disfarces, quando, vencidos os temores antigos da sacralização do original e os temores modernos de desagradar o consumidor<sup>4</sup>, o tradutor busca formular na língua e na cultura de chegada a sua leitura, a sua vivência, a sua sensibilidade, o seu texto. Como produto, o texto traduzido, nestas condições, assemelhar-se-á em grande parte ao texto traduzido na perspectiva assimilativa, sem, porém, uma subserviência à norma e aos usos, à rotina, enfim, da língua/cultura de chegada. Será, sobretudo, um texto novo, um texto plenamente autônomo, um texto de autor e não de "mero" tradutor, se é que tal "mera" coisa existe.

Todas essas opções são, ao menos *in vitro*, tecnicamente factíveis. Uma primeira indagação questionaria qual dentre as três seria a melhor, a mais correta, a mais "fielmente" tradutória. Mas tal tipo de questionamento se confessa, explicitamente, como indutor de um viés, a meu ver inaceitável. Com efeito, não logro entender a tradutologia como disciplina prescritiva, cuja missão última seja justificar algum "roteiro de boas maneiras tradutórias".

Caberia, no entanto, ensaiar uma avaliação das implicações técnicas culturais, políticas e ideológicas de cada opção. Evidentemente, no espaço limitado de uma palestra, tal ensaio não pode almejar senão tangenciar as suas múltiplas

3 Exemplo encontrado em uma tradução francesa de romance de Jorge Amado.

4 Consumidor esse que, na alimentação do espírito tanto quanto na do corpo, se pauta pela lei do menor esforço, e tende a exigir, num e noutro plano, que todo *hamburger* seja igualmente macio e de sabor sempre previsível.

facetas, embora tais aspectos sejam, *de per se*, de mais alta importância e estão, efetivamente, a merecer uma discussão mais abrangente, uma exploração mais adequada. Na impossibilidade de assim proceder no momento, opto por erigir em objetivo primeiro desta exposição o de ensaiar um aprofundamento da discussão a respeito dos limites técnicos do problema cultural na tradução e algumas possíveis conseqüências para uma política cultural. Não de maneira estritamente dedutiva, não no sentido *top bottom* da verticalidade impositiva do saber, mas, antes, a partir de uma determinada experiência empírica, de um resgate de um processo vivido de forma intensa.

Refiro-me, aqui, à tradução empreendida de alguns contos do folclore norueguês, uma primeira coletânea tendo sido publicada sob o título de *Askeladden e outras aventuras* e uma segunda, denominada *Novas Aventuras de Askeladden*, recentemente encaminhada para apreciação editorial. O desafio de traduzir para a língua portuguesa uma seleção dos contos folclóricos coletados por P.C. Asbjørnsen e J. Moe em meados do século XIX teve, como um dos seus elementos motivadores mais fortes, a apresentação aos leitores de determinadas características da cultura e da visão-de-mundo noruegueses, e que, em grande medida, constituem o substrato necessário para uma leitura mais próxima dos grandes clássicos da literatura norueguesa (Ibsen, Lie, Hamsun, entre outros). Com efeito, são essas características que, mantidas ou de alguma forma resgatadas na tradução, as fazem manifestar a sua originalidade e que torna, a meu ver, válido, interessante, significativo e recompensador empreender tal tradução, e não o enredo, a estrutura narrativa, os principais fios temáticos, os quais reproduzem, por vezes quase que literalmente, os enredos, as narrativas e os temas comuns a boa parte senão a todos os contos, lendas e mitos da macro-civilização dos filhos de Noé, a semítico-indo-européia (ver, a propósito, Aubert, 1992).

Define-se, pois, o desafio proposto como o de gerar, através de um conjunto de procedimentos e

estratégias tradutórias, uma leitura em língua portuguesa que, sem pretender corresponder, *pari passu*, às leituras possíveis na ótica da recepção da cultura de origem, facultasse uma intersecção possível, representasse um grau suficiente de aproximação com a língua/cultura norueguesa, para justificar a própria tradução.

Uma primeira observação a fazer diz respeito ao próprio título da coletânea. O designativo *Askeladden*, que identifica, em vários dos contos, o "herói" das estórias, sinaliza, desde o primeiro contacto, a intenção de resgate de uma "norueguesidade", isto é, das características culturais que tornam estes contos especiais. Mas o quê compõe esta "norueguesidade", quais são as marcas específicas que a manifestam nos textos e/ou nas entrelinhas dos textos originais?<sup>5</sup>

Em primeiro plano, destaca-se a ambientação. As estórias se desenrolam quase sempre tendo por pano de fundo as montanhas dos Alpes Escandinavos, as densas florestas de pinheiros, a miríade de lagos, as águas revoltas do Mar do Norte. Desenrolam-se no mundo rural com suas casas de toras de pinheiros, suas estradas de terra e cascalho, tendo o cavalo e a caminhada — até hoje o esporte universal da Noruega — como meios e vias de transporte. A cidade, grande ou pequena, é estranha a esse mundo, e quase nunca se faz presente — quando muito, o herói busca abrigo em uma estalagem ou hospedaria, mas não ocorre qualquer interação significativa entre os personagens e o ambiente urbano, exceto em sentido negativo, de rejeição mútua.

Já com o ambiente natural, a relação raramente é opositiva. As longas distâncias a percorrer, os planaltos frios e desertos, as florestas escuras de pinheiros e de bétulas não assustam nem intimidam,

5 Os próximos sete parágrafos constituem uma reelaboração das "Notas Explicativas" que introduzem a segunda coletânea de contos de Asbjørnsen e Moe, intitulada *Novas Aventuras de Askeladden*, no momento objeto de avaliação editorial.

fazem parte integrante do mundo dos personagens destas estórias. Intimidados, por vezes, ficam os heróis e seus coadjuvantes com as entidades que corporificam algumas das forças desta mesma natureza; mas, mesmo nestes casos, o temor é relativizado, freqüentemente superado e, pelo diálogo ou pela luta, estabelece-se a supremacia do homem, supremacia essa que se dá sem gerar uma ruptura com o ambiente natural, antes levando a uma apropriação tranqüila deste.

Dentre essas entidades, as que mais se sobressaem nos contos folclóricos noruegueses são as representadas pela figura do *Troll*, constituindo o seu segundo grande traço distintivo. Frequentemente associados com as "forças do mal", das "trevas", são, realmente, criaturas mais da noite do que do dia. Aparecem para os homens mais comumente após o escurecer, e diz uma antiga superstição que, atingidos pelo primeiro raio de sol da manhã, transformam-se em granito. Lembremo-nos que os avatares do Conde Dracul também apresentam uma fraqueza similar.

Mas os contos populares noruegueses revelam, de maneira explícita, a ambigüidade dos(as) *trolls*. Se há aqueles que capturam as princesas e que atemorizam os homens com suas três, seis ou até doze cabeças e que lutam até a morte para impedir-lhes passagem, ou aquelas que encantam o príncipe e o transformam em bicho, ou, pelo menos, procuram desviá-lo de sua missão, também há os(as) que, de boa vontade ou a contragosto, ajudam o herói em suas peripécias. Em vários dos contos, ao lado dos *trolls* cabeçudos e seqüestradores de amas e de princesas, aparecem aqueles — com certa freqüência mas não exclusivamente do sexo feminino, sob forma de anciãs, narigudas ou não — que prestam auxílio, que vêm em socorro do herói, que lhe oferecem instrumentos mágicos e bons conselhos ou lhe encaminham a quem possa orientá-lo e guiá-lo. Em contrapartida, os humanos podem vir em auxílio aos *trolls*, destronando um tirano, en-

contrando o *trollzinho* perdido nas escarpas montanhosas ou ajudando a rainha dos *trolls* em seu parto.

Descendentes que são dos *Jotun* da antiga mitologia nórdica — alguns dos quais se tornavam cônjuges dos *Åser*, isto é, dos deuses de Valhalla —, os *trolls* apresentam, pois, a dupla personalidade destes, a dupla vocação para o bem e para o mal, para o heroísmo e para a intriga, para o trabalho e para a sedução, para a vida e para a morte. Raptam mulheres e crianças, mas sabem recompensar os serviços prestados. São ambíguos como as próprias forças da natureza que representam, inclusive da natureza do próprio homem. São espelhos das montanhas, das águas torrenciais, dos ventos, das neves, dos mares bravios; são, igualmente, reflexos das grandezas e das misérias, do *Eros* e do *Thanatos* da alma humana<sup>6</sup>.

Assim também, as diversas personificações do herói — como *Askeladden*, como Halvor, como a filha mais moça do rei. Eles também têm suas fraquezas, seus medos, sua "cara dura", sua espartez, sua sedução, seus momentos de crueldade, de falsidade.

Os sentimentos, positivos e negativos, são, portanto, compartilhados por humanos e *trolls*. Os *trolls* e demais encantados detêm, ainda, o segredo das riquezas, da magia, que derivam de sua intimidade maior com as forças da natureza. Os humanos, porém, quando logram superar a mesquinharia, a inveja, a visão curta, o comodismo — representados por Pedro e Paulo, irmãos do *Askeladden* — quando aliam à inteligência a capacidade de ouvir as mensagens e os conselhos da própria natureza (isto é, a intuição) — quer sejam seus representantes os *trolls*, a vida animal (o lobo, a

6 Como Ibsen bem o define em sua peça *Peer Gynt*, a "diferença" básica entre o *troll* e o homem é que o verdadeiro homem "busca ser fiel a si próprio" enquanto que o verdadeiro *troll* "se basta a si próprio" (*å være seg selv/å være seg selv nok*). Claro indicativo do quanto de *troll* existe e se manifesta no próprio ser humano.



raposa, o corvo) ou a própria relação amorosa — obtêm acesso a essas mesmas riquezas, ao uso, em proveito próprio, da magia e do encantamento, ao príncipe ou princesa, à superação da morte e da doença, à metade do reino.

Nisto, os contos folclóricos noruegueses se distinguem, claramente, do cancionero deste mesmo folclore. As estórias de amor e heroísmo, de luta contra as forças dos encantados, geralmente resultam, nesse cancionero, em derrota, na perda da identidade humana e na assunção do elemento *troll*. Um exemplo típico encontra-se em *Liti Kjersti* (Liestøl & Semb, 1961). Em um tom carregado de melancolia, a canção narra a estória de uma moça, filha de camponês, desejada pelo "rei das montanhas", isto é, pelo *Troll*. Embora a contragosto, acompanha seu pretendente para a montanha, onde tentam, de todo modo, transformá-la também em *troll*. A moça resiste enquanto pode. Mas dão-lhe de beber uma bebida especial, fermentada à moda da montanha. Da primeira vez que lhe fazem ingerir, ela ainda guarda fortes lembranças de seus pais, de sua aldeia, de sua terra natal. Da segunda, estas lembranças ainda a fazem resistir e manter viva a chama da saudade e a sua consciência de ser humano. Mas, da terceira, ela sucumbe ao encantamento e se reconhece como parte integrante do povo *troll*, morrendo nela quaisquer recordações de sua humanidade original.

Na percepção do conflito entre a lucidez e o instinto, entre a intuição e a razão prática, entre o humano e o sobre/sub/desumano, enquanto a canção folclórica chora e lamenta a perda da humanidade, a fraqueza dos homens diante das forças avassaladoras da natureza exterior e interior, os contos folclóricos noruegueses trazem, por seu turno, uma mensagem de otimismo, de esperança, de certeza de vitória. E a clara oposição entre os contos e o cancionero nos induzem a entender tal mensagem como característica constituinte, como "traço pertinente" dos mesmos.

Outro componente "típico" da norueguesidade dos contos se manifesta nas relações sociais

neles estabelecidas. Como em qualquer outro contexto e sob qualquer outro firmamento, as relações sociais fundamentam-se em hierarquias. Estas, no entanto, embora claramente marcadas, se contrapõem em um distanciamento sensivelmente menor do que as conhecidas de outras paragens, como no ambiente do Sacro Império Romano-Germânico dos contos de Grimm ou do Califado de Bagdá, das Mil e Uma Noites. O "rei" é, na realidade, o latifundiário local, um fazendeiro bem sucedido e, nos textos originais, vem não raro tratado por "far", literalmente "pai", jamais por Vossa Majestade, Alteza, ou afins. Os príncipes e as princesas são, por vezes, assim designados, mas, mais comumente, como *filhos* e como *filhas do rei* (*kongesønn* e *kongsdatter*). É uma proximidade mesclada com autoridade, um poder forte mas familiar e de curto alcance territorial. O castelo ou palácio deste rei é, na realidade, a "casa grande" da fazenda, enquanto que as grandes riquezas, o esplendor de ouro e de prata, os verdadeiros castelos, imponentes por seu fausto e sua beleza, pertencem exclusivamente aos *trolls*, aos encantados ou a quem deles souber se apoderar depois de renhida batalha.

Outros aspectos das relações sociais referem-se às dicotomias pais/filhos e homem/mulher. Para vencerem na vida, ou simplesmente para assegurarem seu sustento e buscarem sua independência, em algum momento os filhos saem de casa, abandonam o lar paterno e o regaço materno. Todos, nesse sentido, são "filhos pródigos". Assim procedem nas estórias. Assim também procedem na sociedade norueguesa contemporânea, mesmo sem a pressão do desamparo material que o *welfare-state* da social-democracia, contestado mas ainda de pé, logrou em grande parte neutralizar.

A relação homem/mulher também apresenta suas peculiaridades. O herói é freqüentemente a heroína. Tanto a princesa quanto o príncipe podem constituir objeto de salvamento. E ambos, o(a) salvador(a) e seu(ua) salvado(a), se têm entre si profundo afeto, compartilham do mesmo leito e

procriam, sem explicitação mas também sem pejo, o casamento vindo no final, como consagração de um amor já provado, não como rito de iniciação entre nubentes não ainda afinados entre si. Aqui, novamente, observa-se uma característica dos contos folclóricos noruegueses que apenas reflete uma realidade social efetiva das paragens nórdicas, cujas raízes são bastante remotas e não mera evolução recente de hipotéticos pioneiros da "liberalização dos costumes", liberalização essa que, durante muito tempo, e particularmente nos anos 50 e 60 deste século, foi efetivamente associado, na visão do restante do mundo, à Escandinávia.

A realidade dos contos folclóricos noruegueses não se prende, pois, tão somente às suas prováveis raízes celtas; não se limita à Idade Média de sua gestação nórdica; e nem ainda se restringe ao sucesso alcançado à época de sua "redescoberta" e divulgação pela forma escrita, em meados do século XIX, no contexto do Romantismo tardio da Noruega. Não se limita a constituir um mero monumento histórico-literário-político. Não se configura como um conjunto de textos datados. Ao contrário, os contos integram-se à vida cotidiana contemporânea, enquanto retrato fiel das paragens nórdicas, apelam até hoje para uma mesma sensibilidade diante da natureza, vivem na iconografia do dia-a-dia e na expressão lingüística de toda uma sociedade, abarcando todas as gerações. Balizam, até hoje, parte considerável da identidade nacional e da identificação de cada um como membro da comunidade. Fazem, em suma, parte integrante e viva do acervo cultural e referencial dos 4,3 milhões de habitantes do país, nos lares, nas escolas, na decoração, nas jóias e bijuterias, nos parques, na literatura, na pintura, na música, na caricatura política, nos ditos populares, nas frases feitas e demais idiomatismos, nas cerimônias de abertura das Olimpíadas de Inverno. São mais atuais, mais presentes, mais enraizados e mais difundidos do que as representações das sagas e epopéias *vikings*.

As diferenças morfológicas e sintáticas entre a língua norueguesa e a língua portuguesa em sua

variante brasileira apresentam pouca relevância para a tradução dos contos populares noruegueses, prendendo-se, no geral a componentes estritamente arbitrários dos respectivos códigos.

Já a configuração lexical — ou morfolexical — dos dois códigos aparece como foco possível de dificuldades. Com efeito, o processo de formação de palavras por aglutinação, amplamente adotado no norueguês, como, de resto, na maioria das línguas germânicas, produz um contingente numeroso de signos relativamente motivados. Ilustram esta problemática os nomes próprios *Askeladden* e *Grimsborken*; os casos de "princesa", freqüentemente designada como *kongsdatteren* (literalmente "rei + marca de genitivo + filha + sufixo de definido"), ao invés de *prinsesse* e o termo *kongsgård* (literalmente "rei + marca de genitivo + fazenda/sítio"), que remete a uma realidade extralingüística (referencial) tipicamente norueguesa. Essa motivação relativa produz, evidentemente, e por efeito cumulativo, todo um conjunto de efeitos, realçando, em particular, uma certa "concretude" conceptual, uma "proximidade" e uma "transparência", inerentes ao idioma original. Admitida a dificuldade de reprodução de tais efeitos em língua não-aglutinante, como é o caso do português, e que, de todo modo, tem um caráter significativamente mais arbitrário (salvo para quem esteja familiarizado com o Latim e o Grego Clássico), deixando pouca margem para a busca de soluções alternativas geradoras de efeitos similares a nível estritamente lexical, por outro lado, o abandono puro e simples da tentativa de reproduzir tais efeitos retiraria dos textos um componente que lhes é característico. Além do mais, a proximidade, a concretude, a transparência contêm em si um potencial nada desprezível para a cativação do leitor da tradução, facilitando uma aproximação com textos representativos de uma cultura algo distante.

O que precede constitui um conjunto de características e de peculiaridades, de especificidades lingüístico-culturais que justificariam, nos textos de partida, um empreendimento tradutório para a

língua/cultura brasileira. Trata-se, bem entendido, de um esboço, não de uma descrição exaustiva, suficiente, porém, para perseguir o objetivo primeiro aqui definido, a avaliação por assim dizer "técnica" das opções tradutórias básicas.

Retomando a indagação inicial, e reformulando-a de modo a mitigar o seu viés normativo, qual das três abordagens definidas anteriormente — assimilativa, matricial, criativa — melhor se prestaria para assegurar o bom êxito da empreitada?

Se observarmos a tradução dos contos folclóricos noruegueses, percebe-se logo que a opção por uma tentativa de resgate da "norueguesidade", que justificaria a adoção de uma postura essencialmente matricial, na realidade percorre caminhos mais complexos (e, quero crer, mais ricos e diversificados).

O resgate em si foi, efetivamente, empreendido mediante o uso deliberado de recursos matriciais, dentre as quais se destacam: construções sintagmáticas (nome + preposição + sintagma nominal), como "filha do rei" e (menos freqüentemente), "fazenda/quinta/solar do rei", em alternância com as formas lexicais arbitrárias mais usuais no português ("princesa", "castelo"); os empréstimos já aludidos; a transposição de certos idiomatismos, como o quase "refrão" dos longos périplos dos heróis — *langt og lengre enn langt* — "longe e mais longe do que longe" —; o texto introdutório, explicitamente da lavra do organizador/tradutor, para esclarecer aspectos que de outro modo exigiriam alentadas notas de rodapé, alternativa esta julgada menos apropriada para uma tradução que visa atingir (não de modo exclusivo, mas certamente também) um público leitor não acadêmico, adulto e infantil; a manutenção da ambientação física e social, a despeito das eventuais "estranhezas" que pudessem provocar nos receptores brasileiros; e a reprodução das ilustrações originais dos contos, que restauram, de forma mais clara e contundente do que qualquer digressão lingüisticamente expressa, uma parcela significativa da almejada transparência cultural.

Mas tais recursos constituem apenas uma parcela dos instrumentos mobilizados para a tradução dos contos noruegueses. Se a abordagem matricial serve ao resgate, a assimilação e a criação proporcionam o veículo de tal resgate. Pela criatividade, a voz do tradutor se manifesta, gerando um efeito mais aproximado ao efeito de "texto original", mais convincente, portanto, do que o efeito passível de ser gerado por um mero "portador" de voz alheia. Um dos contos mais trabalhados nesta vertente é o "Bola de Manteiga", em que os diversos achaques usados pela *Troll* como desculpa esfarrapada para induzir o *Bola de Manteiga* a adentrar o saco em que pretendia levá-lo até o seu caldeirão, a "receita" de ensopado de Bola de Manteiga e a designação da filha da *Troll* como a *Trolleta* constituem, todos, elementos criados pelo próprio tradutor. E a escolha das ilustrações desta estória como capa da primeira coletânea, por iniciativa da própria editora, parece sinalizar o acerto da abordagem adotada. Ainda que em grau menor, em todos os demais contos aparecem, cá e lá, soluções similares, freqüentemente aliadas à intenção de preencher lacunas explicativas. Assim, em *O Cavaleiro Verde*, quando a madrasta aprisiona a princesa em uma casa subterrânea, o original relata que:

*Her satt hun og sorget, og tiden falt lang og lenger enn lang.*

que, em uma tradução mais direta, corresponderia a

*E lá ficou ela, se lamentando, e o tempo lhe pareceu longo e mais longo do que longo.*

mas que, em sua tradução finalmente adotada, lê-se como segue:

*A princesa chorou e lamentou-se muito. Sem sol, sem lua ou mesmo uma pequena estrela que fosse, o tempo parecia-lhe ter parado por completo.*

Já pela assimilação, os *mil* e os *pund* noruegueses converteram-se em *léguas* e em *arro-*

bas, a forma de tratamento polido *De* em *Vosmecê*, os *skilling* em *tostões*, a *kjerring* em *véia*, o *kongsgård* em *castelo*; o elevado índice de coordenação sindética foi parcialmente substituído pela coordenação assindética, e a concordância pronominal caso reto/caso oblíquo assumiu, em vários trechos, a norma coloquial mais difundida no Sudeste brasileiro (*você/te*). Embora o *Askeladden* mantenha sua forma original, ao invés de se adotar alguma adaptação do tipo *Zé Cinzento*, *João das Brasas*, ou similar, seus irmãos, quando eventualmente nomeados, passam sistematicamente de *Per* e *Pål* para *Pedro* e *Paulo*.

Mas ocorrem, ainda, soluções híbridas. Assim, por exemplo, o que se apresenta como um empréstimo oculta um elemento criativo, como no caso da tradução da moeda *spesidaler*, literalmente "dólar em espécie", mas que, no ponto de recepção da cultura brasileira, evocaria imediatamente associações norte-americanas, e não nórdicas, indutoras, portanto, de equívoco cultural, e para a qual optou-se por uma espécie de "empréstimo de segundo grau", na forma *thaler*, de qualquer forma amplamente desconhecida pelos leitores em geral, afora eventuais cultuadores da numismática e admiradores do generoso busto da Imperatriz Maria Thereza.

Aparentemente eclético, o elenco de estratégias e abordagens referido acima não se deve, porém, a hesitações ou incoerências, mas deriva da própria intenção tradutória de efetuar o resgate. O resgate somente se viabiliza pela dizibilidade, a "norueguesidade" somente se torna assimilável em extensão social mais abrangente se, lado a lado com suas marcas específicas, os leitores puderem encontrar elementos de identificação, de comunhão, de familiaridade que tornem a alteridade "palatável", que promova a expansão gradual da sua visão-de-mundo, sem "choques culturais" que poderiam facilmente resultar em rejeição, em recusa à interação transcultural, em silêncio.

Como é evidente, é difícil, se não rigorosamente impossível para o próprio tradutor

efetuar a avaliação de êxito na execução de sua proposta, estimar, com razoável grau de precisão, o diferencial entre os objetivos almejados e os objetivos efetivamente atingidos. No entanto, ao tradutor que também se propõe como um estudioso da tradutologia, há-de-se permitir inferir algumas conclusões dos percursos teórico e pragmático cujos traços gerais foram aqui pincelados e pressupor a sua capacidade de generalizar de um único caso concreto para boa parte das operações tradutórias, entre quaisquer dois complexos língua/cultura. Assim, no que segue, as referências expressas à "brasilidade" e à "norueguesidade" podem e devem ser percebidas como referência a quaisquer dois pólos lingüístico-culturais que se confrontam em qualquer ato tradutório.

Por mais variadas que sejam as leituras individuais, por maior a flexibilidade e a relativização a atribuir a noções e conceitos como "visão brasileira/norueguesa da realidade", resta que as leituras brasileiras possíveis, por intermédio de seu vernáculo, não são nem podem ser coincidentes com as leituras norueguesas possíveis. Mas o fato de não serem e de nem poderem ser coincidentes não exclui uma intersecção entre tais leituras ou entre algumas delas. E tal intersecção não ocorre apenas graças a determinados universais lingüísticos e culturais, não se fundamenta apenas nas experiências, vivências e representações compartilhadas no seio da macro-cultura semítico-indo-européia, não se manifesta somente nos indivíduos que, por sua biografia particular, sejam partícipes, em diversos graus, de ambas as línguas e de ambas as culturas. Adotadas determinadas posturas tradutórias e exteriorizadas tais posturas em determinados recursos tradutórios interlinguais e intersemióticos, algo das possíveis leituras originais, algo da "norueguesidade" pode ser efetivamente apreendido, vivenciado, parafraseado, inoculado na apreensão e na vivência do mundo que caracteriza a cultura brasileira. Esta, portanto, enriquece-se e se expande pela incorporação de elementos das possíveis leituras norueguesas, que

ocasionam um deslocamento nos padrões anteriores de vivência, de apreensão, de expressão da realidade e logra-se, deste modo, e ainda que de forma incipiente, uma aproximação à leitura norueguesa.

E aqui não posso deixar de manifestar uma certa frustração com um potencial raramente explorado da aventura tradutória exceto em situação laboratorial ou como contestável teste de fidedignidade: o seu potencial de retorno. Com efeito, aquilo que distingue a leitura brasileira da leitura norueguesa constitui uma chave para uma melhor compreensão, pelos próprios noruegueses, de sua realidade original. A visão que o outro tem de mim e a visão que tenho do outro, visões essas que encontram espaço de expressão privilegiado na tradução, podem induzir a uma aproximação, a um enriquecimento mútuo. Não apenas a visão-de-mundo brasileira pode enriquecer-se com a incorporação dos valores lingüístico-culturais noruegueses. Estes, por sua vez, desde que se logre conduzir de volta à origem algo da percepção do texto original na outra cultura — algo paralelo ao foi, em ocasião ainda relativamente recente, a encenação nova-iorquina da montagem brasileira de *Sonho de uma noite de verão* — teriam expandido o seu alcance, a sua auto-percepção, o seu auto-conhecimento, mediante uma aproximação com a visão brasileira. E, assim, paulatinamente, e com o suporte decisivo do processo tradutório, algo que não será, evidentemente, a comunhão original, pré-babélica, mas uma nova comunhão universal, poderia se erigir.

Poderia ... não o fará necessariamente. Se a correlação de forças, em seu sentido político-cultural e econômico, favorecer, quer mediante o processo assimilativo, quer pela via matricial, um deslocamento excessivamente forte no espaço de recepção, o possível retorno corre o risco de se fazer apenas como confirmação da visão-de-mundo dominante, não como contribuição para sua reformulação. A aludida instabilidade relativa das línguas faculta brechas e espaços para uma execução,

se não plena, ao menos bastante avançada do ato tradutório, para além do que previa a teoria neohumboldtiana e a desconstrução mais recente (vide, *inter alia*, Aubert, 1993, e Rodrigues, 1994). Mas, por esse mesmo motivo, faculta, no limite, a violentação, a descaracterização do complexo língua/cultura. Ao invés de tornar audível e inteligível a polifonia das línguas, das culturas, das vivências, pode vir a soterrá-la, em uma uniformidade pasteurizante, sob a batuta do regente dominante. Se, portanto, uma e outra, a tradução centrada no texto e no contexto originais e a tradução centrada no espaço de sua recepção, não for temperada com a criatividade individual do tradutor, e se este não tiver como preocupação principal harmonizar as múltiplas vozes em um todo maior que a mera justaposição de suas partes, a almejada polifonia ver-se-á sacrificada, e restará apenas o tom monocórdio, prelúdio do silêncio (vide, *inter alia*, Aubert, 1993 e Rodrigues, 1994).

Viver, já dizia Riobaldo, é muito perigoso. Traduzir também o é.

#### Referências bibliográficas

- ASBJØRNSSEN, P.C. & MOE, J. *Samlede folkeeventyr*. Oslo, Gyldendal, 1936.
- AUBERT, F.H. (1984) Descrição e quantificação de dados em tradutologia. In *Tradução e Comunicação* nº 4. São Paulo, Álamo.
- AUBERT, F.H. (org.) (1992) *Askeladden e outras aventuras*. São Paulo, EDUSP.
- AUBERT, F.H. (1993) Logodiversity and translation. In *Meta*. (no prelo)
- HJELMSLEV, L. (1943) *Omkring sprogteoriens grundlæggelse*. Copenhagen, Akademisk.
- IVERSEN, P. S. & NORMAN, C. (1960) *Norwegian folk tales (from the collection of Peter Christen Asbjørnsen and Jørgen Moe)*. Oslo, Dreyer.
- JAKOBSON, R. (1969) Aspectos lingüísticos da tradução. In *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix.

- LIESTØL, K. & SEMB, K. (1961) *Norske Folkedansar - 1. Danseviser*. Oslo, Noregs Boklag.
- MEL'CHUCK, I. A. (1978) Théorie de langage, théorie de traduction. In *Meta* 23:4. Montreal, PUM.
- MOUNIN, G. (1963) *Les Problèmes Théoriques de la Traduction*. Paris, Gallimard.
- NEWMARK, P. (1981) *Approaches to Translation*. Oxford, Pergamon.
- RODRIGUES, C. C. (1994) Tradução e práticas político-culturais. In *TradTerm* n° 1. São Paulo, FFLCH/CITRAT.
- VINAY, J.P. (1968) La traduction humaine. In *Le Language*. Encyclopédie de la Pléiade. Gallimard, Paris.
- VINAY, J.P. & DARBELNET, J. *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris, Larousse, 1958.
- WHORF, B.L. *Language, thought and reality*. Londres, Chapman & Hall, 1958.

*Apresentado em 1994.*